



TERRITORIALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO ASSENTAMENTO RIO D'AREIA DE CIMA NO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES – PR

Emerson Rigoni

UNICENTRO

RESUMO

O Objetivo principal dessa análise consiste no entendimento sobre a territorialização e a evolução do Assentamento Rio d' Areia de Cima, analisando o seu papel de organização a partir de seu histórico onde se pode identificar sua forma de espacialização no município de Teixeira Soares – PR. A construção do território agrário brasileiro passou por muitas adaptações ao longo da história, tendo seu espaço construído ora pelas pequenas culturas ou a agricultura familiar, ora enfatizando a homogeneidade de culturas ou a expansão agrícola a partir do latifúndio. Contudo, todo esse processo é delineado por uma discussão sobre o que constitui o território e as suas relações com a política de investimento direcionados a regiões específicas. Durante muito tempo o debate em torno dessas questões foram realizadas adotando como referência a definição de que a questão agrária é um problema estrutural do capitalismo, sendo assim, entendido que a partir do mesmo há todo processo de exclusão, de expropriação e expulsão, causando todo o processo de diferenciações e desigualdades propiciando diferentes formas de territorialidades.

Palavras-Chave: Assentamento, Evolução, Reforma Agrária, Territorialização.

ABSTRACT

The main goal of this analysis is the understanding of the territorialization and evolution of the settlement in Rio D'Areia de Cima, analyzing their role of organization from its history where it is possible to identify its way of spatialization in Teixeira Soares - PR. The construction of the Brazilian agrarian territory has undergone many adaptations throughout history, taking its place built by minor crops and family farms, or emphasizing the homogeneity of crops or the agricultural expansion from the landlordism. However, this whole process is outlined by a discussion of what constitutes the territory and its relations with the investment policy targeted to specific regions. For a long time the debate around these issues were performed adopting as reference the definition that the agrarian question is a structural problem of capitalism, being understood that from it there is a process of exclusion, dispossession and expulsion, causing all the

process of differentiations and inequalities and providing different forms of territorialities.

Keywords: Settlement, Evolution, Agrarian Reform, Territorialization.

INTRODUÇÃO

Os assentamentos podem ser definidos “como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores sem terra ou com pouca terra.” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 7). A discussão sobre assentamentos e reforma agrária, ganha um cunho de demonstração organizacional desses movimentos, sendo o Movimento Sem Terra o de reivindicação mais atuante na reforma agrária no Brasil.

Em geral, esse movimento é capaz de unir mutuamente duas esferas, espacialização e a territorialização, que aparecem de formas indissociáveis no projeto da Reforma Agrária. Essa organização é uma forma de (re) territorialização do espaço, dessa forma podemos passar a entender a reivindicação como um processo cíclico, mostrando-nos que não se trata apenas de uma questão política, mas que a mesma passa por um processo de territorialização, englobando a questão do território e do espaço geográfico.

As concepções territoriais e de espacialidade do campo brasileiro, estão diretamente ligados ao poder e ao capital, isto porque toda a concepção de território liga-se ao capital, fonte de toda a segregação e hierarquização do poder no Estado, a também a política e a cultura, que indiretamente ligam-se ao capital, ou até mesmo são delimitadas e influenciadas pelo mesmo. O território se mostra como um espaço com relações de poder (designado pelo capital) que determinará ou influenciará a economia e a cultura, e de certa forma, movimentará o espaço urbano e rural.

As concepções a respeito do território e a expansão das monoculturas divergem, enquanto o território é tratado como um todo a sua expansão e administração se dá nas relações ligadas a economia e a política, mas de forma restrita e adversa, levando em consideração que as mesmas estão subalternas.

Para Navarro (2001, p.17), as diferenças no espaço agrário do Brasil trouxeram, uma territorialização que indiretamente fragmentou o desenvolvimento agrário em que se pode chamar desenvolvimento local ou isolado:

Há que se aceitar, portanto, o pressuposto da relativa desimportância atual de uma “questão agrária nacional” (e, até mesmo, uma “questão agrícola”) que a herança

marxista do passado insiste em relevar, ignorando as mudanças recentes. Existem, entretanto, diversas “questões regionais” que, enfocadas corretamente a partir de suas especificidades, poderiam gerar um padrão interdependente, cumulativo e virtuoso animando o desenvolvimento rural no país.

Diante das diferenças do espaço agrário, buscou-se o entendimento sobre a participação econômica a partir da construção do território do Assentamento Rio d' Areia de Cima devido a sua importância nos últimos anos.

Dessa forma, diante dos pressupostos apontados referente ao espaço agrário, propõe-se para um maior entendimento uma breve análise sobre a forma como o Assentamento Rio d' Areia de Cima, no município de Teixeira Soares – PR se territorializou e evoluiu no contexto atual.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

Durante muito tempo a questão agrária no Brasil foi muito discutida, hoje podemos adotar como referência a definição baseada na vertente de Fernandes (2007), onde a questão agrária é um problema estrutural do capitalismo, sendo entendido que a partir do mesmo há todo processo de exclusão, expropriação e expulsão, causando todo o processo de diferenciação e desigualdade no campo agrário do Brasil.

Esse processo de diferenciação faz com que o campo brasileiro, entenda-se camponato, pois torna-se explícito a subalternidade do camponato em relação ao capital, fazendo com que o mesmo se modifique, se destrua, e se recrie sob o domínio do capital, ao mesmo tempo que proporciona mudanças trazendo a tona também o espírito de organização do camponato através dos movimentos sociais como a Via Campesina, MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e o que se diz um dos mais fortes de todos esses movimentos o MST, que carrega consigo as ocupações de Terra.

Diante de toda a conflitualidade do campo brasileiro surge a disputa territorial que é a peça chave de manipulação, estruturação do camponato, e motriz para que a reforma agrária apareça como a face da dimensão agrária do Brasil. Toda essa luta aparece com a expressividade dos processos estruturais e conjunturais. Conforme Lima (2001), nos últimos 40 anos a questão agrária passou por quatro diferentes épocas, como nos anos 70 em que se viveu a intensificação da monocultura através da revolução verde e o incentivo a indústria, movimentando o campo através da saída do camponato para a cidade em busca da indústria, também viveu-se nessa época a repressão da ditadura militar que marcou uma grande resistência do camponato no país.

Já a década seguinte trouxe para o campo o fortalecimento do modelo agroexportador e agroindustrial, carregando consigo também o surgimento do MST e mais diretamente a das lutas e ocupações de terras.

Na década de 90 o País viveu a intensificação dos movimentos sociais através de um confronto ao novo modelo econômico rural; o agronegócio esse conjunto passa a reunir, os sistemas agrícolas, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico, científico e ideológico, que veio a sufocar o campesinato, onde até então vê-se estabelecidas conflitos direcionados ao latifúndio.

No ano de 2000 esse conflito ganhou um novo adversário, as transnacionais e as grandes corporações que estimuladas pela globalização que nesse momento sofre um considerável estímulo, começa a agredir e atingir diretamente o campo agrário, os movimentos sociais de luta pela terra ganham um movimento mais efetivo onde passa-se a combater o agronegócio global, que nesse momento mostra-se questionado devido a crise alimentar, que tanto se fala, mas todo esse movimento agride e readapta o território, sensível e modificador, fragmenta-se o espaço agrário em relação aos investimentos, envolvendo o agronegócio-globalizado, nas políticas mais internas, no caso as políticas regionais.

Para tal, necessita-se de um território e de uma movimentação de investimentos para sua estruturação, a partir daí abre-se a discussão para a relação de territorialidade espacialidade dos conflitos agrários e o agronegócio territorial, nessa perspectiva o território será entendido como relações de poder segundo Souza (2006), levando em conta algumas de suas áreas, delimitação, mercado, tecnologia.

O ASSENTAMENTO, TERRITORIALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

Localizado no interior da cidade Teixeira Soares - PR, a 35 km da cidade de Irati e 40 Km da cidade Palmeira, o assentamento Rio d'Areia de Cima é o menor assentamento da cidade e é considerado um dos menores da Região. O mesmo apresenta uma área territorial de 220 alqueires, tendo sua origem nas terras desapropriadas no ano de 1987, pelo governo. A antiga Fazenda Rio d'Areia deu lugar a 18 lotes da reforma agrária.

A área da fazenda, que foi desapropriada, era de mato fechado, como conta Oliveira (entrevista 22 set 2013) “[...] o lugar onde contruímos, os primeiros barracos, eram de mato fechado, abrimos a foice o carrero para a chegada e também o clarão onde foram construídos os barracos” (Figura 1) e complementam “ tivemos que destacar a braço as terras para plantarmos alguma coisa”.

Figura 1 - Chegada dos Moradores na fazenda Rio d' Areia, em 1987.



Fonte: Oliveira, 1987.

Num primeiro momento idealizou-se num assentamento coletivo para que não houvesse a partilha dos lotes, mas o então governo Sarney, em parceria com o INCRA não aceitou a proposição e defendeu o parcelamento dos lotes. A divisão se deu entre os próprios moradores, “dividíamos os lotes por áreas melhores, e também pela questão do tamanho das famílias, quem tinha uma família maior, ganhava um terreno maior” (OLIVEIRA, entrevista 22 set 2013), sendo assim a configuração dos lotes apresenta diferentes tamanhos.

Nessa fase produzia-se somente objetivando a subsistência, posteriormente começaram comercializar o excedente. No ano de 1988-1989 com recursos do PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária), os assentados

adquiriram recursos para a construção das primeiras casas de madeira (Figura 2), e no final do ano de 1989 os habitantes foram contemplados com a luz elétrica.

Figura 2 - Primeira Casa do morador João Ramos, construída com recursos do Governo e o atual desenvolvimento.



Fonte: Oliveira, 1987

A primeira escola do assentamento era feita de lona (Figura 3) e tinha aproximadamente 25 alunos, sendo as aulas ministradas pela senhora Otília Carbonera (assentada). Com o recursos para as casas construiu-se também um escola de madeira, que levou o nome de Escola Rural Municipal Padre Ezequiel Ramimm, em homenagem ao Padre militante do movimento.

Figura 3 - A primeira sede da Escola Rural Municipal Padre Ezequiel Raminn e como está atualmente



Fonte: Carbonera, Otília, 1987.

Foram várias as dificuldades, a chegada foi difícil, havia uma visão negativa da população em relação aos assentados:

[...] a reação da população era péssima, porque em primeiro lugar, nós éramos de outra região, e segundo os moradores, nós tínhamos vindo “roubar” as terras que eram deles, até no futebol tinham medo de jogar contra nosso time, porque consideravam nós bandidos, hoje com o trabalho e do convívio mostramos que somos trabalhadores, o preconceito diminuiu muito mas, ainda sentimos uma rejeição em relação a nós (JOÃO, entrevista 15 set 2013).

A luta pelo território se deu na medida que os mesmos, buscavam um território para instrumento de trabalho, como afirma Raffestin (1993, p. 60), “o território é um espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”. Isso é perfeitamente confirmado quando se questionou os assentados sobre a importância de se ter um pedaço de terra:

[...] a ter um pedaço de terra, é saber que é teu né, pode plantar e colher conforme a tua vontade, não ter que dá um tanto da produção, para o dono, não precisa reza pra que a lavoura de bem , pra sobra alguma coisa para você, na terra da gente, a gente se anima para planta, é um orgulho mostra para os parente e para quem vem visita a gente, o terreno da plantado (OLIVEIRA, entrevista 12 out 2013).

A configuração do território, do assentamento em questão vive um dilema relacionado sua legalidade, pois seus moradores não tem títulos dos seus terrenos, segundo os próprios moradores isso aconteceu por um erro do governo:

Na verdade, o governo concedeu em 2000 os títulos, mas estes foram cancelados por erro do mesmo, e hoje nós estamos nem assentados e nem titulados, não temos acesso a recursos do governo para os assentamentos, porque não somos assentados, e não temos acesso a recursos para a agricultura familiar,

porque não somos titulados (CARBONERA, entrevista, 30 out 2013).

Segundo os próprios assentados, há um grande interesse em receber e pagar os títulos para se tornarem donos dos lotes, além disso, o assentamento em questão apresenta condições financeiras para o pagamento dos títulos.

Estar inserido num ambiente, rodeado por “granjas”, ou grande latifúndios, configura os assentamentos como um retalho na malha produtiva, o mesmo não faz parte de nenhum tipo de associação, e nem vende seus produtos para programas governamentais, sendo assim é curioso tentar descobrir qual o tipo de espacialidade desse assentamento?

Territorializar-se não significa espacializar-se, isto por que ao tomar posse, de um determinado espaço, estamos nos colocando através de relações de poder (Souza, 2006), assim sendo não estamos colocando nossa característica ou nosso simbolismo no espaço conquistado. Esse processo se dará com o decorrer do tempo ou no comportamento do grupo social, para os assentamentos esse processo de espacialização é fixo, pois os mesmos estão diretamente ligados com o MST e com o título de assentado. Esse processo pode ser visto perfeitamente quando analisamos o Assentamento Rio d' Areia de Cima, o mesmo está localizado entre grandes fazendas, que a todo o momento espacializam seu modo capitalista de produção, em grandes escalas de *commodities*, produção de gado de corte, e de madeira. Por estar no centro dessas fazendas, o assentamento é um retalho na malha produtiva e apresenta aos olhos do agronegócio um empecilho.

Porém trouxe para os seus moradores a oportunidade de produzir e criar seu território espacializado, seguindo a ideia de Leite et, al (2004, p. 158):

[...] a criação dos assentamentos possibilitou, para uma população tradicionalmente excluída e que enfrentava no momento anterior uma instável e precária inserção no mundo do trabalho rural/agrícola, uma importante alternativa e oportunidade de trabalho, especialmente para os segmentos de baixa escolaridade, como é o caso da população assentada, os assentamentos representam a possibilidade de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote, complementarmente lançando mão de outras fontes de renda e de trabalho fora do lote.

O assentamento quando se instalou trouxe além de benefícios para os sem terra, movimento na economia na produção e na contratação de serviços públicos, como educação e saúde, e conseqüentemente no comércio da cidade,

principalmente em pequenas cidades como é o caso de Teixeira Soares que é potencialmente agrícola.

Em relação ao modelo de produção o mesmo não segue a homogeneidade agrária do espaço brasileiro, embora esteja inserido no complexo mundo capitalista, as características seguem uma linha humanística e distante das políticas de poder do Estado, pois o mesmo (friso), não dispõe de recursos financeiro (Pronaf) para o melhoramento de seu espaço.

A constituição de uma espacialidade dentro de um território assentamento apresenta-se de uma maneira dificultosa e em constante construção/consolidação. Porém quando se conversa com moradores e vivencia-se em tal ambiente, podemos perceber que a prática dessa construção, vem sendo estimulada pela própria cidade, o que demonstra que realmente os assentamentos existentes no município, vem ganhado grande apoio no mercado local e também adquirindo importancia no cenário de Teixeira Soares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das suas adaptações ao mercado o assentamento Rio d'Areia de Cima ainda encontra desafios, embora venha resistindo de maneira significativa às práticas levantadas pela economia agrária do país, apresentando um espaço de diversificação e qualidade de vida, levando em conta todo o contexto da cidade que é potencialmente agrícola. Para os assentados, a condição de ex-sem terra, fez com que eles se inserissem em um novo patamar o de pequeno agricultor, dentro do meio capitalista de produção, produzindo renda, geralmente de subsistência. Contudo, isso não os torna frágeis, mas sim agentes resistentes à subordinação, que continuam lutando para se produzir enquanto camponês assentado, dentro de um território humanizado e re-territorilizado.

Cocluí-se dessa forma que os Projetos de Assentamentos (P.A's), não constituem políticas de decisão a nível nacional, que fundamentalmente transformariam o cenário fundiário brasileiro, nem tão pouco a produção de alimentos. No entanto a conquista de uma fração de terra dá a eles o domínio territorial em determinadas cidades ou regiões, e faz com que os mesmos estabeleçam e criem um espaço de territorialização dos meios de produção agrícola.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CARBONERA, E. *Entrevista* 30 out 2013.

FERNANDES, B.M. **Entrando nos Territórios do Território**. Universidade Estadual Paulista. São Paulo. 2007,

JOÃO. A. **Entrevista** 15 set 2013.

LEITE, S. et al. Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. .

LIMA, A.O. Produção e organização espacial em áreas de reforma agrária: o caso do assentamento sítio do meio em Itiúba, Bahia. 2001. Disponível em: < <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Adriano%20de%20Oliveira%20Lima.pdf>> Acesso em 20 nov 2013.

NAVARRO. Z. **Desenvolvimento Rural Brasileiro: os Limites do Passado e os Caminhos do Futuro**. Estudos avançados. UFRGS, 2001.

OLIVEIRA, L. C **Entrevista** concedida em 22 set 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993

SOUZA, M. L. de. O Território: sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento In: CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. da C. **Geografia: conceitos e temas**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Contato com o autor: eme.rigoni@yahoo.com.br

Recebido em: 05/03/2014

Aprovado em: 09/03/2014